



2014  
**CONTAS INDIVIDUAIS**



**sumol+compal**  
É da nossa natureza.



Esta página foi propositadamente deixada em branco.



## Balanças em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

montantes expressos em euros

ACTIVO	Notas	31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Goodwill	4	21.387.447,78	42.689.516,52
Tangível	5	21.255.660,22	22.441.901,25
Investimentos em associadas	1	51.848.973,47	123.214.127,00
Outros investimentos financeiros	6	35.697,72	34.645,08
Activos por impostos diferidos	25	135.920,10	257.719,32
TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE		94.663.699,29	188.637.909,17
ACTIVO CORRENTE			
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	7	2.838.046,81	942.966,71
Activos por impostos correntes	8	1.641.737,62	329.696,57
Outros activos correntes	9	3.691.175,16	2.144.954,99
Caixa e depósitos bancários	10	59.820.242,04	131.215,10
TOTAL DO ACTIVO CORRENTE		67.991.201,63	3.548.833,37
TOTAL DO ACTIVO		162.654.900,92	192.186.742,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	11	100.092.500,00	100.092.500,00
Ações próprias (valor nominal)	11	(4.061.813,00)	(3.022.793,00)
Ações próprias (descontos e prémios)	11	(1.715.619,36)	(873.828,25)
Excedentes de revalorização	11	12.799.664,33	15.437.380,86
Reservas legais	11	1.566.532,58	1.565.651,78
Outras reservas	11	11.942.370,63	45.429.076,87
Resultados retidos	11	2.666.831,53	(26.676.733,01)
Resultado líquido do período	11	15.658.444,48	17.616,05
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		138.948.911,19	131.968.871,30
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos de longo prazo	12	13.346.846,33	26.092.218,23
Provisões	13	30.000,00	30.000,00
Passivos por impostos diferidos	25	-	29.115,01
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE		13.376.846,33	26.151.333,24
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos de curto prazo	14	1.602.073,85	11.598.107,36
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	15	3.265.485,94	3.006.254,88
Passivos por impostos correntes	16	1.049.789,82	691.822,16
Outras contas de curto prazo a pagar	17	4.280.039,02	15.199.321,09
Equivalentes a caixa	10	131.754,77	3.571.032,51
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		10.329.143,40	34.066.538,00
TOTAL DO PASSIVO		23.705.989,73	60.217.871,24
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		162.654.900,92	192.186.742,54

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

 O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
 Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


**Demonstrações dos resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**
*montantes expressos em euros*

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2014	31-12-2013
RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Réditos	18	23.531.522,12	24.984.300,17
Outros rendimentos e ganhos	19	7.777.148,68	3.132.543,19
<b>TOTAL DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>		<b>31.308.670,80</b>	<b>28.116.843,36</b>
GASTOS OPERACIONAIS			
Gasto das vendas		(8.325.017,94)	(9.178.672,42)
Fornecimentos e serviços externos	21	(8.352.806,75)	(7.931.676,71)
Gastos com o pessoal	22	(6.061.512,16)	(6.106.218,65)
Amortizações e depreciações	5	(911.590,93)	(1.385.117,12)
Provisões e perdas de imparidade	13	-	(848,29)
Outros gastos e perdas	23	(370.095,18)	(378.125,84)
<b>TOTAL DOS GASTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(24.021.022,96)</b>	<b>(24.980.659,03)</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>		<b>7.287.647,84</b>	<b>3.136.184,33</b>
Ganhos (perdas) em associadas	24	10.795.590,58	-
Outros resultados financeiros	24	(2.314.428,11)	(3.335.280,27)
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>15.768.810,31</b>	<b>(199.095,94)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	(110.365,83)	216.711,99
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>15.658.444,48</b>	<b>17.616,05</b>
<b>RESULTADO POR ACÇÃO</b>			
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos	31	0,16	-
Diluídos	31	0,16	-
Excluindo operações em descontinuação			
Básicos	31	0,16	-
Diluídos	31	0,16	-

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



# Demonstrações dos rendimentos integrais dos períodos findos em 2014 e 2013

montantes expressos em euro

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		15.658.444,48	17.616,05
OUTROS GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO:			
Outros aumentos/diminuições		(75.441,89)	5.230,01
		(75.441,89)	5.230,01
GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO		15.583.002,59	22.846,06

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstrações das alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

montantes expressos em euro

	Notas	Capital social	Acções próprias (VN)	Acções próprias (DP)	Excedentes de revalorização	Reservas legais	Outras reservas	Resultados retidos	Res. líquido do exercício	Total do capital próprio
1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014										
Saldo em 1 de Janeiro de 2014		100.092.500,00	(3.022.793,00)	(873.828,25)	15.437.380,86	1.565.651,78	45.429.076,87	(26.676.733,01)	17.616,05	131.968.871,30
Aplicação do resultado de 2013		-	-	-	-	880,80	-	16.735,25	(17.616,05)	-
Resultado líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	-	15.658.444,48	15.658.444,48
Aquisição de acções próprias		-	(1.039.020,00)	(841.791,11)	-	-	-	-	-	(1.880.811,11)
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	(2.637.716,53)	-	-	2.637.716,53	-	-
Distribuição de reservas		-	-	-	-	-	(6.722.151,59)	-	-	(6.722.151,59)
Outros		-	-	-	-	-	(26.764.554,65)	26.689.112,76	-	(75.441,89)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		100.092.500,00	(4.061.813,00)	(1.715.619,36)	12.799.664,33	1.566.532,58	11.942.370,63	2.666.831,53	15.658.444,48	138.948.911,19
1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013										
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		100.092.500,00	(2.897.793,00)	(864.482,27)	15.442.231,06	1.565.651,78	45.418.996,66	(25.918.718,67)	(758.014,34)	132.080.371,22
Aplicação do resultado de 2012		-	-	-	-	-	-	(758.014,34)	758.014,34	-
Resultado líquido do exercício	11	-	-	-	-	-	-	-	17.616,05	17.616,05
Aquisição de acções próprias		-	(125.000,00)	(9.345,98)	-	-	-	-	-	(134.345,98)
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	(4.850,20)	-	4.850,20	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	5.230,01	-	-	5.230,01
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		100.092.500,00	(3.022.793,00)	(873.828,25)	15.437.380,86	1.565.651,78	45.429.076,87	(26.676.733,01)	17.616,05	131.968.871,30

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


**Demonstrações dos fluxos de caixa  
dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013**

montantes expressos em euro

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		35.911.617,10	30.571.725,16
Pagamentos a fornecedores		(36.607.303,53)	(22.733.784,82)
Pagamentos ao pessoal		(5.396.778,57)	(5.370.008,01)
Fluxo gerado pelas operações		(6.092.465,00)	2.467.932,33
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o valor acrescentado		(2.227.430,36)	(2.403.992,88)
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o rendimento		(2.274.076,12)	267.249,20
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		(84.765,39)	(250.014,50)
Fluxos das actividades operacionais		(10.678.736,87)	81.174,15
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		108.267.337,30	-
Activos fixos tangíveis		2.235.243,64	150,00
		110.502.580,94	150,00
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(351.000,00)	(85.722,82)
Activos fixos tangíveis		(1.402.517,04)	(749.071,02)
		(1.753.517,04)	(834.793,84)
Fluxos das actividades de investimento		108.749.063,90	(834.643,84)
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	27.268.381,66
		-	27.268.381,66
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(22.660.000,00)	(1.684.210,53)
Amortização de contratos de locação financeira		(107.154,00)	-
Juros e custos similares		(2.308.798,29)	(2.004.441,45)
Dividendos		(6.722.151,59)	-
Aquisição de acções próprias		(1.912.511,11)	(33.590,16)
Outros		(1.231.407,36)	-
		(34.942.022,35)	(3.722.242,14)
Fluxos das actividades de financiamento		(34.942.022,35)	23.546.139,52
Variação de caixa e seus equivalentes		63.128.304,68	22.792.669,83
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	(3.439.817,41)	(26.232.487,24)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	59.688.487,27	(3.439.817,41)
<b>ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS</b>			
Numerário		956,08	674,80
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		59.819.285,96	130.540,30
Equivalentes a caixa:			
Descobertos bancários		(131.754,77)	(3.571.032,51)
Disponibilidades constantes do balanço		59.688.487,27	(3.439.817,41)

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

 O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
 Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

# Notas

## em 31 de Dezembro de 2014

(montantes expressos em Euro)

### ÍNDICE

Índice .....	8
Nota introdutória.....	10
Bases de apresentação .....	10
Referencial de relato.....	10
Declaração de conformidade.....	10
Consistência na apresentação .....	10
Alterações de políticas .....	10
Normas aprovadas no período e normas com eficácia posterior .....	11
Principais políticas contabilísticas .....	11
Goodwill .....	11
Activo tangível .....	11
Investimentos financeiros em interesses conjuntos e empresas do grupo .....	12
Investimentos financeiros em empresas associadas.....	12
Outros investimentos financeiros .....	12
Locação financeira .....	12
Locação operacional.....	12
Dívidas comerciais a receber .....	13
Caixa e equivalentes a caixa .....	13
Empréstimos .....	13
Dívidas comerciais a pagar .....	13
Encargos financeiros com empréstimos obtidos.....	13
Provisões.....	13
Imposto sobre o rendimento .....	13
Regime contabilístico do acréscimo e rédito .....	14
Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas .....	14
Classificação de activos e passivos não correntes .....	14
Reserva legal.....	14
Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira.....	14
Imparidade do goodwill.....	15
Imparidade de outros activos.....	15
Contingências .....	15
Benefícios com pensões de reforma.....	15



Acontecimentos após a data do balanço .....	16
Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes .....	16
Gestão de risco .....	16
1. Empresas do Grupo.....	17
2. Empresas associadas .....	18
3. Comparabilidade.....	18
4. Goodwill.....	19
5. Activo tangível .....	20
6. Outros investimentos financeiros .....	22
7. Dívidas comerciais de curto prazo a receber .....	22
8. Activos por impostos correntes .....	22
9. Outros activos correntes .....	23
10. Caixa e equivalentes a caixa .....	23
11. Capital social.....	24
12. Empréstimos de médio e longo prazo .....	24
13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas .....	25
14. Empréstimos de curto prazo .....	25
15. Dívidas comerciais de curto prazo a pagar.....	25
16. Passivos por impostos correntes .....	26
17. Outros passivos correntes.....	26
18. Réditos .....	27
19. Outros rendimentos operacionais .....	27
20. Locação operacional .....	27
21. Fornecimentos e serviços externos.....	28
22. Gastos com o pessoal .....	28
23. Outros gastos operacionais .....	29
24. Resultados financeiros .....	29
25. Impostos sobre o rendimento .....	29
26. Partes relacionadas .....	32
27. Actividade desenvolvida pelos administradores não executivos .....	32
28. Contingências .....	32
29. Plano de pensões.....	33
30. Segmentos operacionais.....	33
31. Resultados por acção .....	33
32. Acontecimentos após a data do balanço .....	33
33. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras .....	34

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

A SUMOL+COMPAL, S.A. ("S+C" ou "Empresa") tem como actividade principal a produção e comercialização de refrigerantes, e sumos de frutas. A Empresa tem sede na Estrada da Portela, n.º 9, em Carnaxide, e foi constituída em 26 de Janeiro de 1970.

No período findo em 31 de Dezembro de 2008, a estrutura da Empresa modificou-se substancialmente por via da aquisição, ao Grupo Caixa Geral de Depósitos, dos restantes 80% do capital representativo do anterior Grupo Compal (a Empresa já detinha os outros 20%).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euro (moeda funcional), por esta ser a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

## **BASES DE APRESENTAÇÃO**

As bases de apresentação na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

### **Referencial de relato**

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua regulamentação para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IAS/IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as IAS/IFRS emitidas pelo IASB, tal como adoptadas pela UE.

### **Consistência na apresentação**

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras da Empresa.

### **Alterações de políticas**

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anual anterior.

## Normas aprovadas no período e normas com eficácia posterior

As normas, interpretações, emendas e melhorias com eficácia no período findo em 31 de Dezembro de 2014 ou que, à data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, se encontravam aprovadas e com eficácia no período anual com início posterior a 31 de Dezembro de 2014 são as seguintes:

Normas aprovadas pela UE	Aprovação	Eficácia
Normas com data de eficácia no período findo em 31 de Dezembro de 2014:		
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 11 – Acordos conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
IFRS 12 – Divulgação de Interesses em Entidades	11-12-2012	01-01-2014
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas	11-12-2012	01-01-2014
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	11-12-2012	01-01-2014
Emendas à IAS 32 - Instrumentos financeiros	13-12-2012	01-01-2014
Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	20-11-2013	01-01-2014
Emendas à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	19-12-2013	01-01-2014
Normas com data de eficácia posterior a 31 de Dezembro de 2014:		
Não existem normas aprovadas cuja data de eficácia seja posterior a 31 de Dezembro de 2014		

## PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram:

### Goodwill

As diferenças entre o valor de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são escrituradas na rubrica “Goodwill” (Nota 4) e, quando negativas, directamente em ganhos do período, depois de reavaliado o justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Até 31 de Dezembro de 2004, a Empresa amortizava o goodwill no período estimado de recuperação do investimento, definido em 20 anos. Contudo, a aplicação da IFRS 3 implica descontinuar a amortização do goodwill desde o princípio do primeiro período anual com início em ou após 31 de Março de 2004. Deste modo, a Empresa procedeu à interrupção da amortização do goodwill a partir de 1 de Janeiro de 2005.

O valor recuperável do goodwill escriturado no activo é sujeito anualmente a testes de imparidade, independentemente da existência de sinais desta. As eventuais perdas de imparidade são reconhecidas como um gasto do período em que sejam apuradas, tendo como limite a quantia escriturada do respectivo activo.

### Activo tangível

Os activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas (Nota 5).

Regra geral, as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento (uso), por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados, sendo imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada para o activo pela Empresa, conforme quadro abaixo:

	Anos de vida útil	
Instalações	20	a 40
Equipamento básico	6	a 8
Equipamento de transporte	2	a 4
Ferramentas e utensílios	4	a 8
Equipamento administrativo	4	a 8
Taras e vasilhame	3	a 7
Outros activos tangíveis	5	a 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos escriturados ao valor de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso.

### **Investimentos financeiros em interesses conjuntos e empresas do grupo**

As participações financeiras em empresas do grupo nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente, 50% ou mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia-Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pela Empresa), são escriturados pelo método do custo (Nota 1).

### **Investimentos financeiros em empresas associadas**

Os investimentos financeiros em empresas associadas (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital social de uma empresa) são escriturados pelo método do custo (Nota 2).

### **Outros investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros noutras empresas são inicialmente escriturados pelos respectivos valores de aquisição, que são os justos valores das retribuições dadas por eles, incluindo despesas de transacção, deduzidos de eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os valores de aquisição destes investimentos são inferiores aos respectivos valores de realização (Nota 6).

### **Locação financeira**

Os activos tangíveis adquiridos mediante contractos de locação financeira ("Leasing"), bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

### **Locação operacional**

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD") estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam (Nota 20).

**Dívidas comerciais a receber**

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são inicialmente escrituradas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de eventuais perdas de imparidade (Nota 7).

**Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 10) correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Esta rubrica inclui ainda os descobertos bancários a qual é apresentada como equivalentes a caixa no passivo.

**Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e são subsequentemente mensurados pelo método do custo amortizado (Nota 12 e 14).

Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecida em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

**Dívidas comerciais a pagar**

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são escrituradas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (Nota 15).

**Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são reconhecidos de acordo com o método do juro efectivo, reconhecendo-se o gasto dos juros e todos os outros gastos inerentes ao longo da vida útil esperada dos mesmos (Notas 12 e 14).

**Provisões**

As provisões (Nota 13) são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

**Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa (Notas 8 e 16), considerando a tributação diferida.

Os impostos diferidos (Nota 25) são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos escriturados, bem como dos não



reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou escriturados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

### **Regime contabilístico do acréscimo e rédito**

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros activos correntes" (Nota 9) e "Outros passivos correntes" (Nota 17) registam-se os rendimentos e os gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as receitas e as despesas já ocorridas respeitantes a exercícios futuros, a imputar aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Os réditos (Nota 18) decorrentes de vendas e de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

### **Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

A Empresa reconhece estes subsídios quando tem na sua posse informações que permitam concluir, por um lado, que se reúnem os requisitos para cumprir as condições a eles associadas e que, por outro, os fluxos de caixa deles decorrentes fluirão efectivamente para aquelas.

Após a verificação das circunstâncias acima descritas, a Empresa adopta umas das seguintes metodologias na escrituração destes subsídios:

- i. Os destinados à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam;
- ii. Os atribuídos a fundo perdido para financiamento da aquisição de activos tangíveis são escriturados, como rendimentos diferidos, na rubrica de "Outros passivos correntes" (Nota 17), e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos activos tangíveis subsidiados.

### **Classificação de activos e passivos não correntes**

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

### **Reserva legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Nota 11). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital social.

### **SalDOS e transacções expressos em moeda estrangeira**

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças,

pagamentos ou à data do balanço, são escrituradas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

A moeda funcional das unidades operacionais detidas no estrangeiro é a mesma da entidade que relata, ou seja, o euro.

### **Imparidade do goodwill**

Por ter vida útil indeterminada, o goodwill (Nota 4) não é amortizado, mas antes anualmente sujeito a teste de imparidade. O goodwill encontra-se escriturado pelo seu custo deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais não são reversíveis e se escrituram em resultados financeiros.

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, e de acordo com os pressupostos explicitados na Nota 4, o goodwill é associado a unidades geradoras de caixa de modo a se determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil.

### **Imparidade de outros activos**

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que se identifique um evento ou alteração nas circunstâncias indicativo de que possa não ser recuperado o valor de escrituração de um activo. Caso este seja superior à sua quantia recuperável reconhece-se uma perda de imparidade, escriturada na demonstração dos resultados em "Provisões e perdas de imparidade" (Nota 13).

A quantia recuperável é o valor mais elevado entre o justo valor menos o gasto de venda e o seu valor de uso. O primeiro é o valor que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O segundo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, caso não seja possível, para a unidade geradora de caixa a que pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é escriturada na demonstração dos resultados, em "Outros rendimentos operacionais", quando existem indícios de que já não existem ou diminuíram. Contudo, a reversão é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse escriturado em exercícios anteriores.

### **Contingências**

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras (Nota 28). As mesmas são divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

### **Benefícios com pensões de reforma**

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) e de sobrevivência são escrituradas em conformidade com a IAS 19 – "Benefícios dos empregados", onde os gastos com a atribuição dos planos são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

A Empresa opera com um plano de contribuição definida constituído de forma voluntária e graciosa (Nota 30). De acordo com o preconizado na norma acima mencionada e com a sustentação do estudo actuarial, as responsabilidades são então comparadas com o justo valor dos activos do plano, no sentido de se determinar o montante a escriturar no balanço. Os gastos com as contribuições pagas para o plano são escriturados na rubrica "Gastos com o pessoal".

## **Acontecimentos após a data do balanço**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas (Nota 32).

## **ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES**

A preparação de demonstrações financeiras individuais exige que a gestão da Empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações à data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas da Empresa.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão da Empresa, o qual se baseia na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Empresa e o resultado das suas transacções em todos os aspectos considerados materialmente relevantes.

O uso de estimativas e de pressupostos representa um risco em originar ajustamentos nos períodos futuros. As principais rubricas que se encontram influenciadas por estimativas e julgamentos são as seguintes:

- i. estimativa de imparidade do goodwill (Nota 4);
- ii. estimativa da vida útil dos activos tangíveis (Nota 5);
- iii. estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 25);

## **GESTÃO DE RISCO**

No entendimento do Conselho de Administração da Empresa, as divulgações sobre o risco na perspectiva consolidada proporcionam uma visão mais abrangente das suas actividades e da desenvolvida pela sociedade em que detém participação, permitindo adicionalmente uma melhor compreensão dos segmentos operacionais.

Assim e tal como referido no ponto 12 do Relatório de Gestão, o desenvolvimento desta matéria consta do relato financeiro consolidado, o qual pode ser consultado nos sítios da Internet da CMVM (<http://www.cmvm.pt/cmvm>) e do GRUPO SUMOL+COMPAL (<http://www.sumolcompal.pt/>).

## 1. EMPRESAS DO GRUPO

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são as seguintes:

				31/12/14		31/12/13	
Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor	Percentagem de capital detido			
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
Empresa-mãe:							
Sumol+Compal, S.A.	Carnaxide	Produção de bebidas					
Subsidiárias:							
Companhia Geral de Bebidas de Angola, Lda. ("CGBA")	Luanda	Distribuição de bebidas	S+Cm	-%	45,09 %	-%	90,00 %
D2C Unipessoal, Lda. ("D2C")	Carnaxide	Comércio via Internet	S+Cm	-%	50,10 %	-%	100,00 %
Servicom Alimentaria, S.A.	Madrid	Distribuição alimentar	S+Cm	-%	50,10 %	-%	100,00 %
Sociedade Agrícola Castro Verde, Lda. ("SACV")	Gouveia	Agricultura	(a)	6,90 %	51,99 %	6,90 %	96,90 %
Sumol+Compal África, S.G.P.S., Lda ("S+Ca")	Carnaxide	Gestão de participações	(b)	-%	50,10 %	-%	100,00 %
Sumol+Compal Angola, S.A.	Luanda	Produção de bebidas	(c)	-%	25,10 %	-%	-%
Sumol+Compal Angola Invest, S.G.P.S., S.A. ("S+Cao")	Carnaxide	Gestão de participações	(d)	-%	25,10 %	-%	50,10 %
Sumol+Compal Internacional, S.G.P.S., Lda ("S+Ci")	Carnaxide	Gestão de participações	(e)	-%	50,10 %	90,00 %	100,00 %
Sumol+Compal Marcas, S.A. ("S+Cm")	Carnaxide	Produção de bebidas	S+C	50,10 %	50,10 %	100,00 %	100,00 %
Sumol+Compal Moçambique, S.A. ("S+Cmz")	Maputo	Distribuição de bebidas	(f)	-%	45,09 %	-%	90,00 %
Worldwideco, Unipessoal, Lda. ("WWC")	Funchal	Distribuição de bebidas	(g)	-%	50,10 %	-%	-%

Percentagem efectiva de capital detido pela S+C

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as percentagens efectivas das participações assinaladas com as alíneas (a) a (f) resultam dos seguintes efeitos conjugados:

- (a) directa da SUMOL+COMPAL e indirecta da S+Cm (45,09% em 2014 e 90% em 2013);
- (b) indirectas da S+Ci (45,09% em 2014 e 90% em 2013) e da S+Cm (5,01% em 2014 e 10% em 2013);
- (c) indirecta da S+Cao (25,095% em 2014 e 50,1% em 2013)
- (d) indirecta da S+Ci (25,1% em 2014 e 50,1% em 2013);
- (e) indirecta da S+Cm (50,1% em 2014 e 10% em 2013) e directa da SUMOL+COMPAL (2013);
- (f) indirectas da S+Ca (45,087% em 2014 e 89,992% em 2013), da S+Cm (0,002% em 2014 e 0,004% em 2013) e da S+Ci (0,001% em 2014 e 0,004% em 2013);
- (g) indirecta da S+Cm (50,1% em 2014, inexistente em 2013).

Os investimentos financeiros nestas empresas foram valorizados pelo método do custo, sendo que a SUMOL+COMPAL detém o controlo efectivo sobre a gestão destas empresas participadas, de acordo com a definição de controlo utilizada pela Empresa, já referida na política contabilística dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a principal informação financeira das empresas do Grupo é a seguinte:

Empresas do grupo				31/12/14
	S+Ci	S+Cm	(a) SACV	Total
Na empresa do grupo:				
Activo total	-	505.140.897	58.203	505.199.100
Capital próprio	-	123.370.286	74.760	123.445.046
Passivo total	-	381.770.612	132.963	381.903.575
Proveitos operacionais	-	312.023.637	942	312.024.579
Resultado líquido	-	14.816.546	(2.928)	14.813.618
Na S+C:				
Investimento financeiro	-	7.747.528	-	7.747.528
Empréstimos	-	44.101.446	-	44.101.446
	-	51.848.974	-	51.848.974

(a) Investimento financeiro reduzido a nulo (substituído pela escrituração do respectivo ajustamento)

Empresas do grupo				31/12/13
	S+Ci	S+Cm	(a) SACV	Total
Na empresa do grupo:				
Activo total	4.059.012	509.340.449	55.034	513.454.495
Capital próprio	3.751.804	124.093.980	74.222	127.920.006
Passivo total	307.208	385.246.470	129.256	385.682.934
Proveitos operacionais	-	308.462.204	942	308.463.146
Resultado líquido	(528)	6.256.060	(9.177)	6.246.355
Na S+C:				
Investimento financeiro	-	15.464.127	-	15.464.127
Empréstimos	-	107.750.000	-	107.750.000
	-	123.214.127	-	123.214.127

(a) Investimento financeiro reduzido a nulo (substituído pela escrituração do respectivo ajustamento)

Informações de acordo com a alínea d) do n.º 5 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais:

	Número	Valor	%
Acções próprias	4.061.813	1	4,06
S+Cm	-	1	-
	4.061.813		4,06

## 2. EMPRESAS ASSOCIADAS

No período findo em 31 de Dezembro de 2014, não existem saldos de investimentos financeiros em empresas associadas.

## 3. COMPARABILIDADE

No final do período findo em 31 de Dezembro de 2014, alienaram-se à Copagef, sociedade anónima de direito francês do Grupo Castel, com sede em Paris, acções e respectivas



prestações acessórias representativas de 49,9% do capital social da S+Cm, sociedade até esse momento detida a 100% pela SUMOL+COMPAL. A transacção foi realizada pelo preço global de 88,2 milhões de euros e origem a uma mais-valia de 15,2 milhões de euros para a SUMOL+COMPAL.

Em 23 de Janeiro de 2014, foi constituída em Luanda a sociedade SUMOL+COMPAL Angola, S.A.. A sede social situa-se naquela cidade angolana e o capital social encontra-se representado por 20.000 acções com o valor nominal de 500 kwanzas, sendo o seu objecto social a indústria e comercialização de bebidas, dos derivados e das conservas de frutos e vegetais e outros produtos alimentares, bem como a gestão de marcas e actividades daquelas conexas.

Foi ainda constituída, em 23 de Dezembro de 2014, a sociedade Worldwideo, Unipessoal, Lda., cujo objecto social corresponde à comercialização internacional de bebidas e outros produtos alimentares, a gestão de marcas, a prestação de serviços logísticos e à compra e venda de matérias-primas e bens móveis e imóveis. O capital social de 5.000 euros é representado por uma quota e a sede social situa-se no Funchal, na Ilha da Madeira.

Não obstante, não se verificaram outras alterações na estrutura da Empresa nem factos materiais que alterem a comparabilidade das demonstrações financeiras apresentadas para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

#### 4. GOODWILL

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada do goodwill, bem como nas respectivas perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31/12/14				31/12/13			
	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Goodwill:								
- na compra da Sumol GM	25.288.685	-	(12.619.054)	12.669.631	25.288.685	-	-	25.288.685
- na compra da Compal	17.400.831	-	(8.683.015)	8.717.816	17.400.831	-	-	17.400.831
	42.689.516	-	(21.302.069)	21.387.447	42.689.516	-	-	42.689.516

A Empresa descontinuou a amortização do goodwill a partir de 1 de Janeiro de 2005 (conforme referido na respectiva política contabilística) e testou-o quanto a imparidade de acordo com a IAS 36.30 e seguintes, pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados.

Os dois itens de goodwill apresentados no quadro acima referem-se, respectivamente, à compra:

- da anterior Sumol GM, que compreendia a actividade de produção de refrigerantes, sumos e néctares, bem como todas as actividades de exportação do anterior Grupo Sumol;
- do anterior Grupo Compal, que compreendia actividades de produção e comercialização de sumos, néctares e águas com gás;

O goodwill gerado pelas aquisições das sociedades acima referidas registou, em 2014, uma redução resultante da alienação de 49,9% do capital da S+Cm. Desreconheceu-se, assim a quantia escriturada na respectiva quota-parte.

De acordo com a IAS 36, o goodwill é testado quanto à imparidade pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados.

Tendo em conta que aqueles valores resultaram de operações realizadas em diferentes momentos e, bem assim, contextos distintos, e que as actividades inerentes a tais operações foram sucessivamente alteradas e reconfiguradas, é hoje inexequível aferir com rigor os fluxos das unidades geradoras de caixa então existentes específicos de cada uma daquelas operações.

A SUMOL+COMPAL tem defendido que a avaliação dos itens de goodwill correspondentes às aquisições das anteriores Sumol GM e Compal apenas tem sentido quando realizada conjuntamente, na medida em que os potenciais de crescimento de cada uma delas é, hoje, indivisível. Neste sentido, o teste de imparidade ao goodwill é baseado na avaliação da Empresa enquanto agregadora das unidades geradoras de caixa, na qual se encontram afectos os activos que contêm aquelas quantias escrituradas. Do mesmo modo, o goodwill resultante do imposto diferido é testado quanto à imparidade em simultâneo com os activos que lhe estão subjacentes.

Pelo exposto, realizou-se o teste de imparidade para aqueles três itens de goodwill com base nos seguintes pressupostos:

- i. as estimativas dos fluxos futuros de tesouraria foram obtidas no âmbito do trabalho desenvolvido por entidade não relacionada aquando da avaliação das marcas;
- ii. foi utilizada a taxa de desconto de 8% na actualização dos fluxos de tesouraria, a qual se entende conter um factor de prudência face aos parâmetros de risco historicamente baixos na actualidade;
- iii. definiu-se a taxa de crescimento implícita na perpetuidade em 1%, também entendida como conservadora;
- iv. do teste resulta que o valor recuperável obtido comporta o valor escriturado dos activos que incorporam aqueles itens de goodwill.

Em conclusão, o teste realizado demonstra a não existência de perda no valor dos itens de goodwill escriturados em 2014.

## 5. ACTIVO TANGÍVEL

No período findo em 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido no valor do activo tangível, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	01/01/14		31/12/14		
Activo bruto:	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Propriedades	15.664.967	-	-	-	15.664.967
Instalações	29.451.234	247.345	(10.574)	68.473	29.756.478
Equipamento básico	1.035.573	-	(11.527)	-	1.024.046
Equipamento de transporte	198.917	-	(16.815)	-	182.102
Equipamento administrativo	7.418.547	562.021	(1.261.465)	559.578	7.278.681
Outros equipamentos	6.495.459	36.636	(239.333)	-	6.292.762
Activos tangíveis em curso	974.522	41.601	(222.739)	(628.051)	165.333
	61.239.221	887.603	(1.762.453)	-	60.364.371

	01/01/14					31/12/14
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas	Saldo inicial	Deprec. exercício	Perdas imparidade	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Instalações	(24.304.643)	(570.355)	-	-	-	(24.874.998)
Equipamento básico	(1.026.715)	(173)	-	3.882	-	(1.023.006)
Equipamento de transporte	(188.828)	-	-	6.726	-	(182.102)
Equipamento administrativo	(6.906.937)	(330.317)	-	429.694	-	(6.807.560)
Outros equipamentos	(6.370.196)	(10.745)	-	159.897	-	(6.221.044)
	(38.797.319)	(911.590)	-	600.199	-	(39.108.710)

O activo tangível em curso apresentava, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
Sistemas de informação	161.213	947.763
Instalações	4.120	17.370
Outros	-	9.389
	165.333	974.522

No período findo em 31 de Dezembro de 2014, o valor de aquisição dos activos tangíveis detidos pela Empresa no âmbito de contratos de locação financeira ascendia a 421.944 euros, sendo a respectiva quantia escriturada, nessa data, de 281.296 euros, conforme quadro abaixo:

		31/12/14
Descrição do bem	Activo bruto	Amortiz. acumul.
Equipamento administrativo	421.944	(140.648)
	421.944	(140.648)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os valores (nominais e presentes) das rendas vincendas decorrentes de contratos de locação financeira eram os a seguir apresentados:

			2014	2013
		Contrato		Valor
Descrição do equipamento	Início	Fim	Nominal	Presente
Não mais de um ano:				
Equipamento administrativo	31/12/13	31/12/17	116.032	113.101
			116.032	113.101
Mais de um ano e não mais de cinco anos:				
Equipamento administrativo	31/12/13	31/12/17	251.403	227.411
			251.403	227.411
			367.435	340.512

## 6. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica “Outros investimentos financeiros” era o que consta do quadro que se segue:

Outros investimentos financeiros	31/12/14	31/12/13
Refrigor (Brasil)	10.057	10.057
Centro Técnico de Citricultura	7.500	7.500
Embopar	6.983	6.983
Codal	5.487	5.487
Sumola	25	25
Sumol (Angola)	25	25
Outras	5.621	4.568
	<b>35.698</b>	<b>34.645</b>

## 7. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
Clientes	636.278	18.385
Empresas associadas	1.332.346	165.132
Empresas participadas e participantes	-	5.270
Outros devedores	869.423	754.180
	<b>2.838.047</b>	<b>942.967</b>

Nas mesmas datas, o detalhe de “Outros devedores” era o abaixo evidenciado:

	31/12/14	31/12/13
Clientes com vasilhame por regularizar	-	4.142
Empréstimos a clientes	192.872	192.872
Fornecedores	192.568	73.473
Alienação de activos tangíveis	-	121
Pessoal	30.732	31.187
Comparticipações	435.861	341.461
Regularizações de IRC	-	94.595
Letras descontadas	16.211	16.211
Outros	1.179	118
	<b>869.423</b>	<b>754.180</b>

## 8. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	1.590.969	107.313
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) - pagamento especial por conta	50.769	222.384
	<b>1.641.738</b>	<b>329.697</b>

## 9. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros activos correntes” apresentava o seguinte detalhe:

	31/12/14	31/12/13
Acréscimos de rendimentos:		
Cooperativo PBI	1.820.810	1.830.096
Revisão de pricing	364.581	181.112
Penhor de acções	1.247.148	-
Outros	27.843	18.000
	3.460.382	2.029.208
Gastos a reconhecer:		
Juros antecipados	41.727	51.071
Fornecimentos e serviços externos	161.741	31.654
Seguros	19.557	23.852
	223.025	106.577
Outros:		
Adiantamentos a fornecedores	7.768	9.170
	7.768	9.170
	3.691.175	2.144.955

## 10. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	31/12/14	31/12/13
Caixa e equivalentes a caixa:		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	59.820.242	131.215
	59.820.242	131.215
Descobertos bancários	(131.755)	(3.571.032)
	59.688.487	(3.439.817)



## 11. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital da S+C, integralmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 100.092.500 acções ordinárias, respectivamente, de valor nominal unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	31-12-14		31-12-13	
	N.º acções	%	N.º acções	%
Refrigor				
Directamente	70.590.610	70,53 %	70.590.610	70,53 %
Indirectamente	6.692.482	6,69 %	8.689.155	8,68 %
	77.283.092	77,22 %	79.279.765	79,21 %
Grupo Caixa Geral de Depósitos ("CGD"):				
Directamente	30.211	0,03 %	30.211	0,03 %
CGD Pensões	1.069.603	1,07 %	1.069.603	1,07 %
	1.099.814	1,10 %	1.099.814	1,10 %
Acções próprias:				
S+C	4.061.813	4,06 %	3.022.793	3,02 %
S+Cm	-	-%	1.039.020	1,04 %
	4.061.813	4,06 %	4.061.813	4,06 %
Outros:				
Fundo de Capital de Risco CGD – Caixa Capital	10.510.313	10,50 %	10.510.313	10,50 %
Caixagest	1.990.417	1,99 %	1.990.417	1,99 %
Acções dispersas em bolsa	5.147.051	5,13 %	3.150.378	3,14 %
	17.647.781	17,62 %	15.651.108	15,63 %
	100.092.500	100,00 %	100.092.500	100,00 %

## 12. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Médio e longo prazo	31/12/14	31/12/13
Empréstimos bancários	13.000.000	4.500.000
Contas caucionadas	108.382	21.268.382
Locação financeira	238.464	323.836
	13.346.846	26.092.218

Os empréstimos bancários, que se encontram denominados em euros, vencem juros a taxas normais de mercado, acrescidas de um "spread" negociado com cada uma das instituições bancárias.

A exposição ao risco de taxa de juro é avaliada periodicamente, tendo sido contratados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa nalgumas empresas do Grupo.

A dívida remunerada não corrente encontra-se sujeita a imposto do selo sobre o montante contratado e sobre os juros (taxas de 0,5% e 4%, respectivamente), à excepção do montante referente ao papel comercial, bem como respectivos juros.

### 13. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014, a variação nas perdas de imparidade e provisões acumuladas foi a seguinte:

2014					
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Perdas de imparidade:					
Em outros investimentos financeiros	(39.156)	-	-	-	(39.156)
Em clientes de cobrança duvidosa	(4.406.437)	-	-	-	(4.406.437)
	(4.445.593)	-	-	-	(4.445.593)
Provisões	(30.000)	-	-	-	(30.000)
	(4.475.593)	-	-	-	(4.475.593)

### 14. EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Curto prazo	31/12/14	31/12/13
Empréstimos bancários	1.500.000	11.500.000
Locação financeira	102.074	98.107
	1.602.074	11.598.107

Os empréstimos bancários de curto prazo, que se encontram denominados em euros, vencem juros a taxas normais de mercado, acrescidas de um “spread” negociado com cada uma das instituições bancárias.

O valor da parcela de curto prazo referente aos empréstimos de médio e longo prazo encontra-se sujeita às taxas e “spreads” divulgados na Nota 12.

A dívida remunerada corrente, excluindo a parcela de curto prazo dos empréstimos não correntes (Nota 12), encontra-se sujeita a imposto do selo sobre o montante utilizado e sobre os juros (taxas de 0,04% e 4%, respectivamente). O montante referente ao papel comercial bem como respectivos juros não é tributado em sede de imposto do selo.

### 15. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	2.543.611	2.667.324
Empresas associadas	81.756	75.645
Outros credores	640.119	263.290
	3.265.486	3.006.259

Nas mesmas datas, o detalhe de “Outros credores” era o abaixo evidenciado:

	31/12/14	31/12/13
Clientes	-	223.144
Adiantamentos por conta de imobilizado	634.129	-
Pessoal	4.103	10.895
Retenções de imposto sobre o rendimento	62	133
Sindicatos	1.825	231
Outros	-	28.887
	640.119	263.290

## 16. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/14	31/12/13
Contribuições para a Segurança Social	100.715	96.216
Imposto sobre o Rendimento (IRC/IRS) – retenções na fonte	83.372	87.443
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	84.342	82.893
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a pagar	781.267	425.252
Fundo Comp. Trab. (FCT) + Fundo Garantia Comp. Trab. (FGCT)	94	18
	1.049.790	691.822

## 17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava o seguinte detalhe:

	31/12/14	31/12/13
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	138.382	142.926
Remunerações e encargos a liquidar	705.010	722.533
Gastos com o pessoal	430.837	263.270
Documentação em trânsito (FSE)	218.970	47.652
Publicidade e propaganda	2.769.740	1.984.502
Outros	17.100	-
	4.280.039	3.160.883
Rendimentos a reconhecer:		
Subsídios para investimentos - API	-	63.697
Subsídios para investimentos - outros	-	1.749
	-	65.446
Outros:		
Adiantamentos de clientes	-	11.972.992
	-	11.972.992
	4.280.039	15.199.321

## 18. RÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Réditos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Vendas	12.003.761	13.245.569
Prestações de serviços	11.527.761	11.738.731
	<b>23.531.522</b>	<b>24.984.300</b>

## 19. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos suplementares	2.893.035	2.620.633
Subsídios ao investimento	65.446	7.075
Restituição de impostos	-	23.062
Ganhos em alienações de activos tangíveis	4.469.162	121
Reversões de perdas de imparidade e provisões	24.999	-
Correcções relativas a períodos anteriores	-	147.463
Outros rendimentos operacionais	324.507	334.189
	<b>7.777.149</b>	<b>3.132.543</b>

Os valores apresentados na rubrica de rendimentos suplementares referem-se, maioritariamente, a comparticipações de terceiros nos gastos com publicidade e rendas de imóveis.

## 20. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os valores das rendas pagas reconhecidas como um gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os constantes do quadro abaixo:

Descrição do equipamento	2014	2013
Empilhadores	-	5.686
Veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias	226.851	237.461
	<b>226.851</b>	<b>243.147</b>

Os contratos de locação operacional relativos a empilhadores e a veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias têm a duração média de 48 meses, neles não se encontrando prevista a opção de compra dos bens afectos nem existindo cláusulas de renovação automática.

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Subcontratos	46.693	35.576
Electricidade	307.649	1.699
Combustíveis	96.167	97.116
Água	19.730	17.712
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.597	8.420
Livros e documentação técnica	2.541	1.917
Material de escritório	30.364	26.117
Rendas e alugueres	391.080	437.697
Despesas de representação	8.308	8.657
Comunicação	336.283	452.690
Seguros	174.272	111.251
Transportes de mercadorias	-	202
Deslocações e estadas	192.023	141.793
Contencioso e notariado	652	11.197
Conservação e reparação	785.006	709.161
Publicidade e propaganda	3.265.807	3.261.980
Limpeza, higiene e conforto	108.097	103.904
Vigilância e segurança	103.576	91.368
Trabalhos especializados	2.272.497	2.313.761
Outros fornecimentos e serviços	196.465	99.459
	<b>8.352.807</b>	<b>7.931.677</b>

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava o detalhe que se segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	1.331.242	1.273.914
Remunerações do pessoal	3.056.977	3.063.936
Encargos sobre remunerações	942.450	876.083
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	21.618	27.602
Gastos de acção social	574.387	586.596
Outros gastos com pessoal	134.838	278.088
	<b>6.061.512</b>	<b>6.106.219</b>

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa era o constante do quadro abaixo:

Número médio de trabalhadores	2014	2013
	<b>127</b>	<b>124</b>



## 23. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros gastos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Donativos	24.100	23.450
Impostos	196.029	140.628
Quotizações	39.807	53.938
Correcções relativas a exercícios anteriores	4.142	-
Outros gastos operacionais	106.017	160.110
	<b>370.095</b>	<b>378.126</b>

## 24. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Resultados financeiros” apresentava a

	2014	2013
Ganhos (perdas) em associadas:		
Ganhos em associadas	10.795.590	-
	<b>10.795.590</b>	<b>-</b>
Outros resultados financeiros:		
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(2.335.641)	(2.055.904)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(850)	(1.554)
Outros gastos e perdas financeiros	(1.226.404)	(1.278.620)
	<b>(3.562.895)</b>	<b>(3.336.078)</b>
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	625	-
Diferenças de câmbio favoráveis	694	674
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	124
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1.247.148	-
	<b>1.248.467</b>	<b>798</b>
	<b>8.481.162</b>	<b>(3.335.280)</b>

seguinte composição:

## 25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A SUMOL+COMPAL encontra-se sujeita individualmente a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) e correspondente Derrama Municipal. No período findo em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa deixou de ser tributada pelo lucro consolidado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) na medida em que a alienação de 49,9% do capital da S+Cm à Copagef originou uma participação na subsidiária inferior aos 75% mínimos previstos naquele regime. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do período.

O imposto desta empresa correspondente ao período findo em 31 de Dezembro de 2014 foi calculado tendo por base a taxa nominal de IRC agregada de 24,5%, que inclui Derrama Municipal (na data homóloga de 2013 tinha sido de 26,5%). Em ambos os períodos houve o acréscimo da Derrama Estadual nos lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros, com

três patamares de taxas em 2014 (3% até 7,5 milhões de euros, 5% entre o valor anterior e 35 milhões de euros e 7% para os montantes superiores) e dois em 2013 (3% até 7,5 milhões de euros e 5% para os montantes superiores).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se espera virem a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, correspondendo estas às que estiverem aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço consolidado. No período findo em 31 de Dezembro de 2014, a SUMOL+COMPAL considerou a taxa agregada de 22,5% na medida em que corresponde à aprovada no Orçamento do Estado para 2015.

Os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014 podem ser recuperados no período de 12 anos, devendo a sua utilização processar-se por ordem cronológica e apenas até à concorrência de 70% do lucro tributável de cada ano fiscal. A caducidade das anulações ou liquidações adicionais resultantes de correcções aos prejuízos fiscais é, desde 2014, de 4 anos.

Os livros, registos contabilísticos, processo de documentação fiscal e correspondente documentação suporte devem ser conservados durante 12 anos.

Às subsidiárias sediadas em jurisdições estrangeiras aplica-se a legislação fiscal dos países em que desenvolvem as suas actividades.

Durante os exercícios de 2011 a 2013, o Grupo suportou despesas com investigação e desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, eram susceptíveis de serem elegíveis para efeitos de aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE"), previsto na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, entretanto alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Neste sentido, relativamente aos exercícios de 2011 e 2013, foram emitidas as respectivas declarações, por parte da Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial ("Comissão Certificadora"), relativas à recomendação de créditos fiscais decorrentes de actividades de I&D efectuadas naqueles exercícios, nos montantes de, correspondentemente, 208.279 euros, 196.761 euros e 234.813 euros.

Relativamente à candidatura do exercício de 2013 e atentos os investimentos realizados, o Grupo apresentou uma reclamação à Comissão Certificadora na medida em que considera ter havido insuficiência no valor deferido, tendo a expectativa de que a mesma terá parecer favorável.

No período findo em 31 de Dezembro de 2013 foi publicada a Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho, que estabelece um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento ("CFEI") traduzido numa dedução à colecta de IRC de 20% das despesas de investimento em activos afectos à exploração (com limite de cinco milhões de euros por sujeito passivo). As despesas deverão ter sido efectuadas entre 1 de Junho e 31 de Dezembro de 2013 e a dedução pode ser efectuada até à concorrência de 70% da colecta do IRC. Para as entidades que apliquem o RETGS, a dedução será feita com base na matéria colectável do grupo até à concorrência de 70% desta. Contudo, não poderá ultrapassar, para cada sociedade e por cada exercício, o limite de 70% da colecta que se apuraria pela sociedade que realizou as despesas elegíveis caso o RETGS não se aplicasse. A parte do benefício que não possa ser deduzida é transmissível, nas mesmas condições, aos cinco períodos de tributação subsequentes.

Na Declaração Modelo 22 correspondente ao período de tributação findo em 31 de Dezembro de 2013, submetida em Maio de 2014, foram deduzidos 527.919 euros referentes ao benefício fiscal determinado nos termos do CFEI.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a SUMOL+COMPAL e as suas empresas participadas encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação vigente, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades tributárias durante um período de quatro anos, que sobe para dez no caso dos elementos referentes à Segurança Social.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no período findo em 31 de Dezembro de 2014, apresenta a seguinte composição:

	2014
Resultados antes de impostos	15.768.810
Taxa nominal de imposto	23,00 %
Imposto esperado	(3.626.826)
Diferenças permanentes:	
40% do aumento das reintegrações resultante da reavaliação do activo tangível	4.851
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	10.188
Mais e menos valias contabilísticas (líquido)	(15.269.252)
Benefícios fiscais	(22.204)
Reversão de provisões tributadas	(24.999)
Variações patrimoniais (líquido)	50.229
Outros (líquido)	15.826
	(15.235.361)
Taxa nominal de imposto	23,00 %
Efeito no imposto do período	3.504.133
Diferenças temporárias:	
Redução de passivos	3.445
	3.445
Ajustamentos à colecta (tributação autónoma, derramas e benefícios fiscais)	(4.534)
Acertos de liquidações	13.416
Imposto do período	(110.366)
Taxa efectiva de imposto	0,70 %

Em 31 de Dezembro de 2014, os activos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos ascendiam a 135.920 euro e 0 euro, respectivamente, apresentando a seguinte composição:

	31/12/14			
	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	257.719	-	(121.799)	135.920
Eliminação de activos intangíveis	-	-	-	-
	257.719	-	(121.799)	135.920
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações com base em diplomas legais	29.115	-	(29.115)	-
Custo amortizado	-	-	-	-
	29.115	-	(29.115)	-

## 26. PARTES RELACIONADAS

No entendimento do Conselho de Administração da Empresa, a divulgação das partes relacionadas na perspectiva consolidada proporciona uma visão mais abrangente das actividades desta e das desenvolvidas pelas sociedades em relação de grupo, permitindo adicionalmente uma melhor compreensão da exposição aos riscos e uma maior focalização dos relacionamentos com as entidades que não integram o conjunto de empresas a consolidar na S+C.

Assim o desenvolvimento desta matéria consta do relato financeiro consolidado, o qual pode ser consultado nos sítios da Internet da CMVM (<http://www.cmvm.pt/cmvm>) e do GRUPO SUMOL+COMPAL (<http://www.sumolcompal.pt/>).

## 27. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Neste novo mandato os administradores não executivos deram continuidade às actividades desenvolvidas anteriormente, nomeadamente, assumiram a coordenação e o acompanhamento da actividade do Gabinete de Auditoria Interna, reuniram-se no âmbito do comité da auditoria interna, acompanharam assuntos jurídicos estratégicos, participaram em projectos de natureza estratégica, acompanharam temas relacionados com a utilização do Edifício Sede, representaram a Empresa no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET), e participaram em actividades de representação institucional.

No âmbito das Reuniões do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores não executivos estiveram envolvidos em análises e decisões sobre matérias de gestão não corrente, tais como, o plano estratégico, o plano operacional, o orçamento e os documentos de prestação de contas. Nas RCA efectuaram também o acompanhamento da evolução dos negócios.

No âmbito do acompanhamento da actividade operacional da Empresa estes administradores visitaram as fábricas em Portugal e os maiores centros de distribuição em Portugal e em Angola, visitaram zonas do mercado nacional e de alguns mercados internacionais, estiveram presentes em seminários dedicados a temas relevantes para o negócio, visitaram feiras alimentares e participaram em eventos promovidos pelo Grupo. Foram ainda realizadas reuniões em diferentes instalações da SUMOL+COMPAL com a presença de alguns destes administradores e gestores da Empresa. Foram também promovidos pequenos-almoços de trabalho, nas instalações da SUMOL+COMPAL, entre os administradores não executivos e alguns gestores da Empresa para melhorar o conhecimento profissional e pessoal entre os mesmos.

Durante 2014, os administradores não executivos reuniram-se sete vezes, sem a presença de qualquer membro da Comissão Executiva.

## 28. CONTINGÊNCIAS

No período findo em 31 de Dezembro de 2014, o valor das garantias emitidas a favor de terceiros tinha a seguinte composição:

Beneficiário	Instituição Financeira	31/12/14	31/12/13
Tribunal do Trabalho de Coimbra	BCP	26.581	24.375
		26.581	24.375

No âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o Novo Banco em 30 de Dezembro de 2008, no montante global de 318,6 milhões de euros, foram prestadas as seguintes garantias reais:

- i. Acções representativas do capital social das sociedades SUMOL+COMPAL e S+Cm, pertencentes à SUMOL+COMPAL;
- ii. Marcas de propriedade da sociedade S+Cm;
- iii. Imóveis de propriedade das sociedades SUMOL+COMPAL e S+Cm;
- iv. Equipamento industrial de propriedade da S+Cm (Almeirim, Gouveia, Pombal e Vila Flor).

## 29. PLANO DE PENSÕES

Existe um plano de contribuição definida constituído de forma voluntária e graciosa, com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência a empregados reformados. O plano tem fundo constituído autónomo, gerido por uma entidade especializada e independente. Os beneficiários são os empregados e administradores que façam parte do quadro permanente e que tenham completado mais de cinco anos consecutivos de serviço nas empresas associadas do fundo.

A tipologia do plano foi alterada em 27 de Março de 2009 de benefício definido para contribuição definida, produzindo efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008. No processo de alteração foram adquiridas rendas vitalícias imediatas como forma de assegurar a continuidade das pensões em pagamento, pelo que as responsabilidades com as referidas pensões deixaram de estar afectas ao Fundo de Pensões, ficando o pagamento a cargo de uma instituição seguradora.

Não foram realizadas contribuições por parte dos participantes durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014, nem transferências de e para outros planos.

## 30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi identificado um único segmento (Imobiliário e franchising), o qual integra a venda de unidades de marca de refrigerantes à S+Cm e o arrendamento de instalações.

## 31. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção, básicos e diluídos, foram calculados dividindo o resultado líquido pelo número médio de acções em circulação durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

## 32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre 1 de Janeiro de 2015 e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras individuais (Nota 33) não ocorreram eventos materialmente relevantes que, de acordo com o disposto na IAS 10 – “Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos às referidas demonstrações financeiras individuais.

### **33. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2015, sendo opinião deste órgão que as mesmas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro. A Assembleia-Geral de accionistas da sociedade tem o poder de, em sede própria, alterar as demonstrações financeiras após a respectiva emissão.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**sumol+compal**



**DECLARAÇÃO**

(ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Art.º 245º do CVM)

Os membros do Conselho de Administração abaixo referidos afirmam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais individuais e respectivas notas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SUMOL+COMPAL, S.A..

A empresa utilizou a prerrogativa do disposto no n.º6 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais, elaborando apenas o relatório único, neste caso sob a forma consolidada.

Carnaxide, 26 de Fevereiro de 2015

António Sérgio Brito Pires Eusébio – Presidente do Conselho de Administração

Amélia Maria Brito Pires Eusébio – Vogal do Conselho de Administração

António Rui Libório Frade – Vogal do Conselho de Administração

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto – Vogal do Conselho de Administração

João António Brito Pires Eusébio – Vogal do Conselho de Administração

José Manuel Doutel Jordão – Vogal do Conselho de Administração

José Tomaz Júdice Gamito Pires – Vogal do Conselho de Administração



**sumol+compal**



**DECLARAÇÃO**

(ao abrigo da alínea c do nº 1 do Art.º 245º do CVM)

Os membros do Conselho Fiscal afirmam, que tanto quanto é do seu conhecimento e de acordo com a informação disponibilizada, as Contas Anuais Individuais e respectivas notas do exercício de 2014, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos resultados da Sumol+Compal, SA.

A Empresa utilizou a prerrogativa do disposto no nº 6 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais, elaborando apenas o Relatório Único de Gestão, neste caso, sob a forma consolidada

Carnaxide, 10 de Março de 2015

Manuel Batista Figueiredo  
Presidente

José Manuel Rodrigues Felgueiras  
Vogal

José Paulo Machado da Silva-Alexandre da Fonseca  
Vogal

**sumol+compal**



## EXERCÍCIO DE 2014

### Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às Contas individuais

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Art.º 420º e no Art.º 508º - D do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da Sumol+Compal, S.A. apresenta o seu relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 bem como o seu parecer sobre o Relatório Único de Gestão, as contas individuais do mesmo exercício e a proposta para a Assembleia-Geral.

1 - No decurso do exercício o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da Empresa, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas. Verificou a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, bem como a independência do Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, que embora tivesse prestado durante o exercício de 2014 alguns serviços, o Conselho Fiscal, tendo por base as informações recebidas do próprio ROC, considerou não haver uma ameaça relevante à sua independência.

O Conselho Fiscal vigiou, ainda, pela observância da lei e dos Estatutos.

2 - O Conselho Fiscal acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelo ROC e apreciou a Certificação Legal das Contas, à qual, por cumprir os requisitos legais, dá o seu acordo.

3 - No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou que:

- a) - O Balanço Individual a Demonstração dos Resultados Individual por Natureza, a Demonstração Individual das Alterações ao Capital Próprio, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação patrimonial da Empresa e a forma como se chegou aos resultados apresentados.
- b) - As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados e conformes com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
- c) - O Relatório Único de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa, evidenciando com clareza os aspectos mais significativos da actividade.
- d) - A proposta de aplicação dos resultados é adequada e devidamente fundamentada.

**sumol+compal**



## EXERCÍCIO DE 2014

### Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às Contas individuais

4 - Neste contexto, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de parecer que:

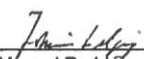
- a) - Sejam aprovados o Relatório Único de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) - Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados;
- c) - Se proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas se retire as conclusões referidas no Art.º455º do Código das Sociedades Comerciais.

5 - Finalmente, pela colaboração obtida, o Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento e agradecimento, ao Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas, bem como aos demais Colaboradores da Empresa.

Carnaxide, 10 de Março de 2014

O Conselho Fiscal

  
Manuel Batista Figueiredo  
Presidente

  
José Manuel Rodrigues Felgueiras  
Vogal

  
José Paulo Alexandre da Fonseca  
Vogal



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual***

### ***Introdução***

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Sumol+Compal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 162.654.900,92 euros e um total de capital próprio de 138.948.911,19 euros, incluindo um resultado líquido de 15.658.444,48 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### ***Responsabilidades***

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ***Âmbito***

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Sumol+Compal, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos fundamentais exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

10 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077  
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.

Esta página foi propositadamente deixada em branco.





**sumol+compal**

**SUMOL+COMPAL, S.A.**

Sociedade Aberta  
Nº Único de Matricula e Pessoa Colectiva: 500 277 486  
Conservatória do Registo Comercial de Cascais  
Capital Social: 100.092.500,00€

Sede: Estrada da Portela, 9 - Portela de Carnaxide  
2790-124 Carnaxide - Portugal  
Tel.: (+351) 214 243 500 Fax: (+351) 212 487 765  
Correio Electrónico: [investidor@sumolcompal.pt](mailto:investidor@sumolcompal.pt)